



Diário da Sessão n.º 084 de 18/09/03

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os seus lugares para continuarmos com os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 10 minutos)

Passamos agora ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução – “Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2000”**.

Para fazer a apresentação desta Proposta de Resolução dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com a Proposta de Resolução que agora está a ser apreciada e, certamente, irá ser aprovada, fica encerrado politicamente a execução financeira de um ano de actividade do Governo Regional e de toda a Administração Pública Regional.

O enquadramento económico-financeiro no qual se desenvolveu a actividade financeira e económica do Governo e de todos os agentes económicos, pode dizer-se que o ano 2000, ano que está agora aqui a ser apreciado, foi satisfatório.

O ano 2000 correspondeu ao fim do mandato do VII Governo Regional, que decorreu todo ele sem que se tivesse aprovado, como todos se lembram, o Plano a Médio Prazo para o quadriénio 1997/2000. Não obstante este contratempo que o Governo e a generalidade dos agentes económicos souberam superar



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Todos nós nos adaptamos o melhor possível a esta situação e daí que toda a actividade tivesse sido desenvolvida, durante o ano de 2002, sem atropelos de maior e sem incidentes dignos de especial registo.

A evolução da economia açoriana no ano 2000 foi positiva em todos os sectores de actividade, tendo-se detectado já em 2000 uma certa tendência para um crescimento consolidado do sector do turismo, que veio nos anos subsequentes a acentuar-se cada vez mais.

A generalidade dos sectores económicos tiveram crescimentos positivos e indicadores que foram, de uma maneira geral, favoráveis.

De realçar também que neste ano de 2000 apenas se verificou um número de 174 emigrantes, o que é revelador também de que não houve neste tempo nenhuma crise económica nem financeira que suscitasse movimentos muito acentuados de emigração.

O ano de 2000, como todos ainda certamente se lembrarão, foi um ano crucial no processo de preparação da Região Autónoma dos Açores para a introdução física de uma nova moeda, o euro, que foi adoptada como moeda única na terceira fase da União Económica e Monetária, na qual Portugal participou desde a primeira hora e no primeiro poletão da frente, como na altura era usual dizer-se, e foi um ano que se deram passos importantes para que, mais tarde, quando o euro tivesse a sua entrada em circulação, o que sucedeu em Janeiro de 2002, não houvessem atropelos de maior. Efectivamente não houve e a Região Autónoma dos Açores foi daquelas da União Europeia que melhor se comportou nesta fase de transição e de adopção da nova moeda.

Lembro-me, aquando da minha intervenção inicial de apresentação do Orçamento para o ano 2000, cuja Conta está agora a ser apreciada, de ter dito que esperava que, quando chegássemos ao fim do ano, a taxa de execução do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Plano que estava a ser proposto, fosse pelo menos igual ou da mesma ordem de grandeza da última taxa conhecida e que se referia ao ano de 1998. Recordo que a taxa deste ano tinha sido 91,02%, taxa essa das mais elevadas de sempre e que, felizmente, a taxa que veio a ser depois verificada, e que está aqui na Conta, é uma taxa de execução de 90,69% e, portanto, está com uma taxa de execução da mesma ordem de grandeza.

De referir ainda que este Orçamento do ano 2000 foi o primeiro que foi executado já com a nova Lei de Enquadramento Orçamental, Lei nº 79/98, aprovada por esta Assembleia.

Portanto e em resumo, a execução orçamental em 2000 atingiu, na generalidade e na esmagadora maioria, os objectivos propostos inicialmente e permitiu que uma taxa de realização da receita efectiva se cifrasse em 93,7%, ou seja, apenas menos 8,4 milhões de contos num orçamento da Região que, sem contas de ordem, atingiu o valor de 139,9 milhões de contos.

A boa execução das receitas, designadamente as fiscais, ultrapassaram as previsões.

Temos aqui uma taxa de execução da receita corrente de 102,24%, o que quer dizer que as previsões inicialmente feitas não só foram atingidas como mesmo ultrapassadas, com algum relevo para os impostos directos que tiveram uma taxa de execução de 104,98%, para os impostos indirectos que tiveram uma taxa de execução de 101,50%.

De uma maneira geral, uma previsão de receitas que se veio a revelar estar de acordo com a execução que depois se veio a verificar no final do período.

As despesas de funcionamento neste ano tiveram um crescimento significativo. Não nos devemos, no entanto, esquecer que, para além de ter sido efectuado uma afectação de mais 9,6% das verbas ao Serviço Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de Saúde, o Orçamento passou a suportar em 2000, os encargos com o pagamento dos suplementos de pensão e de remunerações complementares num montante superior a 4 milhões de contos, como todos nós ainda nos lembramos muito bem, porque foi uma discussão bastante animada.

Os limites de endividamento que então havia para 2000 foram escrupulosamente cumpridos. Os 5 milhões de contos a que estavam autorizados, foram utilizados, aliás, como decorre da própria lei, exclusivamente no financiamento de investimentos do Plano.

De uma maneira geral são estas as circunstâncias e as grandes linhas de execução do Orçamento.

Sobre a Conta que agora está aqui em apreciação, o próprio Tribunal de Contas emitiu o seu parecer em que, a exemplo de todos os pareceres conhecidos do Tribunal de Contas do passado e quero crer que do futuro, terão sempre evidenciação de aspectos positivos, aspectos negativos e algumas recomendações que foram já cumpridas pelo Governo e que aqui são assinaladas no parecer, quer outras recomendações que ainda não foi possível atendê-las.

O papel de um Secretário das Finanças, numa altura destas será, certamente, evidenciar os aspectos positivos que há, e que são muitos, no parecer.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Para os outros, cá estamos!

O Orador: O papel da oposição será, certamente, evidenciar os aspectos negativos que também os há. Creio que sempre assim será e quando assim não for, alguma coisa está mal, ou a oposição não cumpre o seu papel ou o Tribunal de Contas também não fiscaliza as Contas da Região, porque sempre houve e creio que nunca haverá um orçamento, em democracia obviamente, que não tenha nenhum reparo da entidade fiscalizadora.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era isto que tinha para vos dizer, ficando agora sujeito às críticas que queiram e entendam dever fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Da análise que fizemos da Conta e do Parecer do Tribunal de Contas do ano 2000, destacamos alguns elementos que merecem a nossa atenção na perspectiva da fiscalização que cabe a esta Assembleia e a nós deputados.

Desde logo, quero dizer que o artigo 4º, nº 2 da Lei 79/98, de 24 de Novembro, Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, refere e cito: “As receitas efectivas têm de ser, pelo menos, iguais às despesas efectivas, incluindo os juros da dívida pública, salvo se a conjuntura do período a que se refere o Orçamento justificadamente o não permitir”. Acabei de citar o nº 2 do artigo 4º, da Lei 79/98, - Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Um dos aspectos mais relevantes do parecer sobre esta Conta tem a ver com a citação também do Tribunal de Contas e que passo a citar: “A Conta encerrou com o défice de 4,9 milhões de contos, não havendo equilíbrio orçamental, nos termos definidos no nº 2, do artigo 4º da Lei 79/98, de 24 de Novembro”.

Por outro lado, não se conhecem as razões excepcionais para tal, até porque tivemos mais receita do que o Governo esperava. Aliás, foi referido pelo Sr. Secretário e foi por isso que, inclusivamente, houve duas propostas de alteração ao Orçamento da Região, nomeadamente aos Decretos Legislativos Regionais 27/2000/A e 2/2001/A, de 22 de Janeiro, acrescendo



aqui que o contraditório apresentado pelo Governo às questões referidas pelo Tribunal de Contas, não vem esclarecer a questão da excepcionalidade que justificaria a falta de equilíbrio.

O Governo neste contraditório alega a questão das calamidades, mas é óbvio que desconheço que tenha havido alguma calamidade no ano de 2000, a seguir à aprovação do Orçamento e Plano para este mesmo ano.

Portanto, nesse contraditório, não faz de todo sentido justificar essa excepcionalidade de se ultrapassar este equilíbrio por via das calamidades, porque, por um lado, todos os dados relativamente a ela já estavam conhecidos e, por outro, se houve alguma coisa de excepcional, como referiu e bem o Sr. Secretário, foi o ter havido receitas a mais.

Fica esta questão no ar: se a única excepcionalidade que houve foi receitas a mais, como é que não há equilíbrio orçamental?

Fica aqui uma das principais críticas e questões que são levantadas a esta Conta.

Outra questão apresentada pelo Tribunal de Contas prende-se com o desvio de verbas do Plano para pagamento de despesas de funcionamento corrente. É, aliás, uma crítica que vem sendo feita pelo Tribunal de Contas já há muito tempo.

Quero realçar também que as despesas do Plano em 2000 decresceram 8%, face às de 99 e as de funcionamento cresceram 12%. Tivemos menos despesas do Plano e mais despesas de funcionamento já no ano de 2000.

Outra crítica recorrente do Tribunal de Contas refere-se à atribuição de subsídios sem base legal.

No ano de 2000 os subsídios atingiram os 17 milhões de contos, mais 13,3% que no ano anterior, – se se recordam o ano de 2000 foi ano de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

eleições – sendo que se continuam a manter situações de atribuição de subsídios sem base legal para tal.

Segundo o Tribunal de Contas e eu vou citar: “ Foi tomado como enquadramento legal para a atribuição de subsídios o Estatuto da Região para a concessão de 587 apoios, num total de 824 mil contos. Foram ainda concedidos subsídios num montante de 216 mil contos que não tiveram suporte nem no Estatuto, nem em diplomas específicos”.

Ainda, segundo este parecer do Tribunal de Contas, foi publicada a Portaria 54 e o Despacho 23, emanados pelos respectivos Secretários Regionais da tutela, a conceder subsídios respectivamente no valor de 315 mil contos e 50.800 contos, como se essas Portarias e os Despachos fossem o suporte legal para a atribuição de subsídios.

Por fim, em relação a esta matéria, é de realçar uma constatação do parecer do Tribunal de Contas que refere e cito: “Existem subsídios que constam das folhas de processamento e que não foram publicados em Jornal Oficial, contrariando assim as orientações genéricas da concessão de subsídios”. É algo de muito estranho e pelo que me lembro é a primeira vez que vejo surgir num parecer do Tribunal de Contas.

Para quem se havia comprometido garantir o enquadramento legal de todos os subsídios, chegámos à conclusão de que não tem havido a verdadeira vontade política para o fazer, havendo até, nalguns casos, nítidas situações em que vamos piorando de ano para ano.

Para efeitos de reforçar a nossa posição, citamos de novo o parecer do Tribunal de Contas, na sua página 8, 5ª recomendação que reitera e cito: “A atribuição de subsídios deverá basear-se em legislação própria e adequada ao fim em vista, tornando o sistema mais transparente de forma a potenciar uma melhor aplicação dos dinheiros públicos”. Acabei de citar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É de evidenciar ainda que o Tribunal de Contas refere que continua a anormal sub-orçamentação das receitas provenientes da União Europeia.

Apesar de ser relembrado por este Tribunal, ao longo dos anos tem-se cometido sistematicamente o mesmo erro.

Fazendo uma transposição para aquilo que recentemente se passou, mas não especificamente em relação à Conta, acresce que, ao que parece, – e na altura que foi discutido nós referimo-lo – o Governo não quer alterar esta conduta, porque ainda há poucos meses veio aqui propor a esta Casa uma alteração ao Orçamento de 2003, exactamente reforçando as transferências da União Europeia.

Na altura dissemo-lo e reiteramo-lo de novo, inclusivamente face a esta crítica do Tribunal de Contas, que é muito estranho, para quem nunca acerta nas verbas que vêm da União Europeia e normalmente sub-orçamenta de forma evidente essas verbas - e o Tribunal de Contas tem-no citado sistematicamente, - que, de novo, no Orçamento de 2003 isso vai acontecer, com a agravante do Governo ter feito essa proposta de alteração orçamental.

Nós, que na altura fizemos o entendimento de tais razões, vamos ver, quando vier a Conta de 2003, se vamos ter a confirmação ou não das nossas indicações. Era bom que não tivéssemos, mas estamos perfeitamente convictos de que nessa altura se vai chegar à conclusão de que o que já estava orçamentado inicialmente estava sub-orçamentado relativamente às receitas e agora a alteração orçamental que se fez vai vir, certamente, piorar a execução das transferências da União Europeia para o ano 2003, como, aliás, tem vindo a ser criticado sistematicamente pelo Tribunal de Contas.

De referir também, numa altura em que se fala aqui de uma cada vez mais evidente falta de capacidade do Governo para gerir o Sistema Regional de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Saúde, que em 2000, segundo o parecer do Tribunal de Contas, havia 14,2 milhões de contos de encargos assumidos e não pagos, dos quais 6 milhões de contos não tinham enquadramento orçamental.

Em relação ao factoring é importante reter uma crítica do Tribunal de Contas, que já constava nos pareceres das Contas de 98 e 99, em que, segundo o Tribunal de Conta, parece que o Governo continua a não pretender fazer qualquer alteração a este nível.

O Decreto Legislativo Regional 7/97/A que aplica à Região Autónoma dos Açores as transposições da Lei de Bases da Contabilidade Pública e o Decreto Legislativo Regional 1/84/A, indicam a necessidade de enquadrar, legislativamente, estas verdadeiras autorizações de crédito.

Já o ano passado, relativamente às Contas de 98 e 99, fizemos esta referência aqui, continuamos a fazê-la e o Tribunal de Contas continua a fazer esta crítica.

Em 2000, só na área da saúde, havia por liquidar 7,6 milhões de contos, representando 53% dos encargos assumidos e não pagos a este nível, o que representa um crescimento, face a 99, de 2,9 milhões de contos, isto é, mais 64%.

Relativamente a juros, e isto é uma matéria importante, porque estes juros são provocados por estes esquemas que o Governo acaba por arranjar, face à sub-orçamentação das rubricas para fazer face aos encargos do Serviço Regional de Saúde, tivemos um crescimento no ano de 2000 de 172% só nas unidades de saúde, o que dá este claro indício de sub-orçamentação e especialmente de deficiente gestão do sistema.

Em relação às despesas correntes, Srs. Deputados, desde pelo menos 98, mais de 90% destas despesas correntes são para despesas com pessoal e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

transferências: 64,5 milhões de contos em 98; 69,3 em 99 e 80 milhões de contos em 2000.

Portanto, de 99 para 2000 o crescimento deste agregado representa 11,4 milhões de contos, tendo as despesas de pessoal crescido 11,6% e as transferências 20,1%.

Para que todos saibamos a nossa real situação, quer seja na aplicação dos dinheiros públicos, quer seja na sua consequência, é importante analisarmos com profundidade as Contas anuais e os respectivos pareceres. Pode de alguma forma parecer desnecessário fazê-lo, porque muitas vezes estas análises que fazemos são desfasadas no tempo, mas nem que seja pela sistemática análise e pela análise de algumas críticas e de alguns problemas que se vão detectando ano após ano, algumas das questões que são levantadas têm aqui uma clara importância política.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É necessário que haja a consciencialização dos deputados e do Governo para a necessidade de alterar alguns comportamentos, termos mais rigor, mais transparência e mais base legal para algumas das acções que são cometidas ao nível da gestão financeira do Orçamento Regional.

No entanto, infelizmente, vemos que a maioria das recomendações vão passando de ano para ano, o que denota não existir uma verdadeira vontade de mudar estes comportamentos, prejudicando uma boa gestão e aplicação dos dinheiros que são de todos nós.

De notar ainda que as quatro recomendações de anos anteriores, que o Governo acolheu e que estão também transcritas no parecer, são recomendações essencialmente burocráticas e de clarificação técnica e eu cito para que não digam que estamos a falar só daquelas que não foram



acolhidas. Vamos falar das que foram acolhidas e vamos ver que essas recomendações são essencialmente burocráticas e são estas:

Primeira - certificação da despesa.

“A despesa contabilizada na Conta da Região coincide com os pagamentos efectuados nas três tesourarias regionais, não se apurando divergências entre as duas fontes”.

Segunda – receita consignada.

“Regularização de parte das rubricas consideradas em situação anómala, levando à anulação de umas e à eliminação de outras”.

Terceira – Financiamento do Plano.

“O Plano e o Orçamento indicam, pela primeira vez, as fontes de financiamento dos investimentos da Administração Pública Regional, discriminando-as por departamentos governamentais, programas e projectos”.

Quarta – Fundos da União Europeia.

“O Plano para 2000 apresentou, pela primeira vez, dois capítulos relacionados com a temática dos fundos comunitários e a Conta melhora a informação relativa às transferências financeiras da União Europeia que não transitam pelo Orçamento”.

Estas são as recomendações acatadas e bem. Infelizmente são quase todas elas de pouca substância política legal e mais de substância burocrática.

As recomendações não acolhidas e aquelas que se referem a procedimentos menos correctos, relacionam-se com práticas e matérias de grande impacto político e financeiro.

Em relação à elaboração da proposta de Orçamento vou começar a citar aquelas que o Tribunal de Contas refere como recomendações e aquelas que nós entendemos que são as mais importantes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quanto aos procedimentos considerados por este Tribunal como menos correctos, formulam-se as seguintes recomendações e cito: “1. A elaboração da proposta de orçamento deverá conter toda a informação exigida na Lei 79/98, em particular a justificação de um eventual incumprimento do princípio de equilíbrio orçamental.

2. As despesas do Plano deverão ser afectas a projectos e acções específicas, permitindo conhecer o seu efectivo custo.

3. O efeito da aplicação das transferências e dos subsídios deverá ser avaliado, tanto quanto à legalidade como ao impacto previsto no desenvolvimento da Região.

4. A limitação dos recursos financeiros deverá dar prioridade aos investimentos em prol do desenvolvimento da Região, obrigando a uma maior racionalização dos gastos com o funcionamento da Administração Regional.

5. A informação constante da Conta da Região deverá ser consentânea com a que se encontra desagregada nos diferentes anexos e documentos com ela relacionados.”

Estas são, de facto, as recomendações mais burocráticas e as que têm maior peso, maior substância política e de gestão dos dinheiro públicos.

“6. O Decreto-Lei 133/97, de 27 de Setembro, deverá ser aplicado à Região Autónoma para que se possa apreciar a gestão financeira da Administração Pública Regional.”

As primeiras recomendações que se referem ao equilíbrio orçamental, à precisão das acções e das despesas do Plano e do Orçamento, aos subsídios e à boa aplicação dos recursos financeiros são, de facto, de substância política e técnico-financeira importante e são essas que o Tribunal de Contas continua a vincar, enquanto que aquelas que o Tribunal de Contas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

diz que foram aceites, como vimos, são praticamente de mero índole burocrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar, gostaria de dizer que, à imagem do que temos vindo a fazer noutros anos e continuamos a fazer, não nos coibimos de apresentar aquilo que são as nossas críticas relativamente a estes documentos, não nos coibimos de fazer uma análise crítica relativamente aos pareceres do Tribunal de Contas. Como temos vindo a fazer ao longo de anos, nomeadamente em relação às últimas duas Contas, em relação à Conta em apreço, face à dilação que se passa entre a sua análise e a efectiva acção que levou à concretização desta Conta e face à fiscalização política que fomos fazendo, vamos abster-nos nesta votação, mas não deixamos, tal como não deixámos de fazer uma análise crítica a ela, mais uma vez daqui, perante todos, perante o Governo e perante aqueles que nos escutam, de apelar para que o Governo tenha uma maior consciência e uma maior vontade de fazer cumprir a directrizes e as recomendações emanadas do Tribunal de Contas, para que haja, especialmente, mais rigor, mais transparência e mais explicação na forma como são aplicados os dinheiros públicos na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria saudar o Sr. Secretário das Finanças e a sua boa disposição. Julgo que está com um relógio novo e dá a ideia de ser um...

(Risos da Câmara)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Pelo sumário que o Sr. Secretário aqui apresentou, deu bem o tom, – e nós já partilhámos isso no passado por várias vezes – do “desinteresse” da falta de prazer que nós sentimos em estar no terceiro trimestre de 2003 a apreciar a Conta de 2000.

É sina nossa termos esta formalidade, mas isto não impede que esta Conta, na prática, já não tenha sido abordada em muitos dos seus aspectos, nomeadamente aquando das análises dos orçamentos para os anos seguintes. Acabamos por ter sempre elementos não definitivos, mas elementos provisórios que nos permitem, no essencial, fazer algumas das observações políticas mais determinantes.

Não querendo ser repetitivo em relação a algumas coisas que o Deputado Duarte Freitas já aqui lembrou e que também constam do próprio relatório da Comissão, citando os pareceres do Tribunal de Contas, relativamente às suas recomendações, eu gostaria só de lembrar dois ou três indicadores que revelam sempre algumas tendências da evolução.

Em 2000, o que se constata ao nível das receitas é que, sendo um ano áureo da Administração Regional, segundo o que é sempre citado, apesar de tudo, houve um desvio das transferências de capital das ordem dos 10 milhões de contos em relação ao previsto e ao efectivamente recebido. Convenhamos que é sempre um montante de relevo e não deixa de, em relação a esse ano de 2000, ser uma pecha da execução orçamental e, portanto, o Governo errou ao prever a dotação de transferências em relação a 2000, na medida em que a previsão era de 45,1 milhões de contos e arrecadou 35,4 milhões de contos. Isto é só um dado a ter em conta para, de facto, moderar a satisfação do Sr. Secretário nesta matéria.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A outra questão que não pode deixar de ser sempre objecto de discussão nesta Casa, e eu respeito a análise que o Sr. Secretário faz, tem a ver com a execução financeira.

Ora, o Sr. Secretário sabe perfeitamente, tão bem como eu, como sabem os ilustres deputados, colegas de profissão, que cada vez é menos importante a execução financeira, face ao problema da execução material.

Isto é uma matéria que este Parlamento se bate desde 96 e ainda bem que tem essa capacidade, embora alguns, pelos vistos, já capitularam de pedir contas ao Governo em relação àquilo que o Governo promete fazer e em relação àquilo que o Governo fez. Isto é um drama da nossa Região há muitos anos e, convenhamos, nessa matéria a Nova Autonomia não inovou coisíssima nenhuma, antes pelo contrário, agravou nalguns domínios, como V. Exa. sabe.

Também, com o devido respeito, devo dizer que ninguém, minimamente habilitado nessas matérias, liga a esses 90 e 90 e tais por cento, porque isso não quer dizer nada, Sr. Secretário. O senhor sabe melhor do que eu, porque, como profissional ilustre, começou a trabalhar nessas matérias ainda muitos antes de mim. Isto é coisa para conversa noutras sedes, com outros cavalheiros, com outro tipo de pessoas que levantam as bandeiras quando se fala em 90 e tal por cento.

Aqui não vale a pena falar disso, Sr. Secretário, porque, e vou dar-lhe alguns exemplos, houve quebra de investimento público em 2000, dado importante que V. Exa. não deu ênfase e acho que devíamos estar todos aqui preocupados com isso.

O glorioso ano de 2000 – ano que o Sporting ganhou o campeonato, salvo erro, ano de referência para muita gente – nos Açores fica marcado com a queda de investimento público.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para isto ser verdade, Sr. Secretário, era preciso que a despesa do Plano fosse igual ao investimento público e V. Exa. sabe, como eu, que não é líquido que a despesa do Plano seja igual ao investimento público, matéria que não há forma de nós corrigirmos na nossa Região Autónoma e, se calhar, no nosso País, mas dando de barato que há uma equivalência entre despesa do Plano e investimento público, quero dizer que ele baixou 6,5%, segundo as vossas contas.

Mesmo assim as vossas contas estão adulteradas, porque também não é relevante apenas fazer a comparação entre a despesa efectivamente feita e o orçamento revisto, porque o orçamento pode até ser revisto no dia 31 de Dezembro.

Portanto, é fundamental para esta Câmara fazer as suas contas. Eu não quero ignorar o indicador da despesa versus orçamento corrigido. Com certeza, faz-se “n” indicadores, agora pelo santo amor de Deus não me ignorem um outro indicador muito importante que é o orçamento aprovado nesta Casa, em matéria de investimento e despesa efectuada. No caso em apreço é pouca coisa, a diferença é de meio milhão de contos, mas este meio milhão de contos num investimento de 50 milhões traduz 1% e, portanto, a taxa de queda do investimento público na Região Autónoma dos Açores não foi de 6,5%, que já era grave, mas de 7,5%.

Eu digo isto para percebermos e entendermos que nestas matérias, quando são vistas de forma honesta e objectiva, não são tão brilhantes como isso, Sr. Secretário, antes pelo contrário. Os indicadores nesse domínio não são bons.

Eu não quero ser repetitivo, mas houve um indicador da evolução das despesas correntes, que já foi referido pelo Deputado Duarte Freitas, e que é preocupante, mas não é de agora, já é preocupante há muitos anos e já me



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

sinto meio constrangido a falar nisso, mas enquanto eu estiver aqui os senhores vão ter paciência.

Uma taxa de crescimento de despesas correntes de 12 e tal por cento não é bom para a autonomia, não é bom para o futuro da Região e nós desta forma não vamos a sítio nenhum.

O que se deve fazer é menos despesas de funcionamento e mais despesas de investimento. Os senhores fazem ao contrário.

Eu não vou falar na questão do serviço da saúde, porque agora há a esperança do Açores/saúde e eu nem sequer quero manchar a expectativa que está criada para daqui a poucos minutos com o início do Açores/saúde, lembrando a desgraça de 2000, que é para enterrar, mas se assim é, também diga-se quanto é que custou o enterro. O enterro de 2000, em matéria de saúde, é um número que também não nos agrada, Sr. Secretário Regional.

Portanto, é bom que esses indicadores fossem partilhados por esta Câmara, não para fazermos grandes condenações ao Governo Regional, mas para termos consciência que isto não andou nem vai andar bem.

Quanto à questão de fundo de qual foi a execução material deste Governo Regional, perdeu-se um velho hábito da autonomia que era uma apresentação atempada do relatório de execução, com informação detalhada sobre os Planos Regionais. Tínhamos relatórios trimestrais nos famigerados anos das décadas de 70, 80 e 90, até determinada altura em que eles desaparecerem por instrução política, penso eu, porque os serviços técnicos do Governo Regional estão aptos a fazer esses relatórios

As Secretarias Regionais têm departamentos próprios de planeamento. Não sei se foram substituídos por departamentos de propaganda, mas eram departamentos de planeamento e a verdade é que falharam.



Eu lembro-me de Secretarias que davam trimestralmente a execução de programa a programa, projecto a projecto e, nalguns casos, acção a acção. Tudo isso desapareceu. Há umas coisas que aparecem por aí que são meramente relatórios de execução financeira, que são fotocópias. Hoje, na era dos computadores, é só tocar no botão e aquilo sai tudo certo.

Portanto, tem-se andado para trás em muitos domínios, Sr. Secretário.

Esta Assembleia está desmotivada, está descrente e já não se exige nada. O Governo não manda e não há ninguém que exija que o Governo mande.

Deputado Vasco Cordeiro **(PS): Exija o senhor. Se tem necessidade peça.**

O Orador: Ó senhor, nós pedimos e eles não mandam. Isto é muito triste.

Não me cabe a mim fazer os relatórios de execução material do Governo. O meu colega Deputado diz que a gente também pode fazer, mas francamente não nos peçam isso.

Vou dar alguns exemplos, Sr. Secretário, em relação a uma terra onde eu moro e sítios por onde eu passo todos os dias.

Plano de 2000, execução material do Governo Regional dos Açores:

- Via de acesso ao Porto da Praia da Vitória, dotação 50 mil euros, execução zero;
- Pavimentação da estrada nº 6-2ª Silveira/São Carlos/Cruz das Cinco, dotação de 150 mil contos, aprovada pelos deputados desta Casa, execução zero;
- Reabilitação da estrada nº 1-1ª Cruz das Cinco/Silveira, dotação de 150 mil contos, execução zero:
- Estrada de ligação Lajes/Praia, dotação 50 mil contos, execução zero;
- Construção da Escola EB 2,3 Artístico de Angra do Heroísmo, dotação de 250 mil contos, aprovada nesta Casa, execução zero;



- Construção da Escola do Porto Martins, dotação 5 mil contos, esta fica ao pé do meu quintal, execução zero;
- Escola da Serra de Santiago, dotação de 5 mil contos, execução zero;
- Construção do Matadouro da Ilha Terceira, dotação de 409 mil contos, execução zero:

O senhor quer eu continue?

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

(Roberto Amaral): Por mim pode fazê-lo.

O Orador: Pois posso fazê-lo, mas é doloroso.

Sr. Secretário, vamos gabar a vossa capacidade de execução. Vamos dizer nesta Assembleia que este Governo é um governo de exceção, que é um governo capaz, que é um governo que cumpre.

Aliás, nós até podemos fazer um outro exercício.

Se nós caminarmos no tempo, daqui a três anos, seja quem for que estiver nesta Casa, vai ser confrontado com conta de execução de 2003, que vai ser analisada em 2006, se for ao ritmo que estas são. Eu desafio o Governo a dizer o que é que fez dessa dotação de 2000.

A via de acesso ao Porto da Praia não a fez e poderá ter iniciado o Matadouro.

Portanto, Sr. Presidente, eu não me vou alongar muito mais.

O espírito é, de facto, para sermos eficientes, para sermos sintéticos e concisos. Eu tentei ser o mais possível, mas parece-me que deixei demonstrado aquilo que o CDS/PP tem dito ao longo destes últimos anos em relação a um erro de fundo desta administração, deste Governo, que foi o desfasamento entre aquilo que prometeu e aquilo que executou e o erro, que eu diria, técnico e político, sob o ponto de vista duma apreciação rigorosa, foi ter inscrito nos documentos formais, ter submetido as suas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

promessas, nos anos errados, a este Parlamento e ter obrigado a que este Parlamento tivesse viabilizado - aqueles que o fizeram, não fomos nós - documentos irrealistas, Planos e Orçamentos irrealistas que depois deram naquilo que este deu e quando verificarmos o de 2001 vamos ver que é a mesma coisa e sob este ponto de vista os senhores não têm nenhum motivo de satisfação.

Portanto, O CDS/PP vai abster-se, porque não faz sentido votar contra uma conta que estamos aqui a apreciar politicamente três anos depois, lavando as mãos da má administração e da má execução do Governo Regional. O lavar as mãos é abster-nos, deixar andar e que Nosso Senhor vos ilumine.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria também dar o meu contributo para a apreciação da Conta da Região do ano 2000 e neste âmbito salientar um aspecto que tem a ver com a execução da receita corrente acima de 2 pontos percentuais daquilo que tinha sido inicialmente previsto, que a receita fiscal continua a ser a componente mais importante da receita corrente, sendo responsável por 89% do valor arrecadado, seguindo-se as transferências.

É ainda importante perceber que a receita fiscal evoluiu a uma taxa média de crescimento de 10.2% de 97 a 2000 e 5.1% entre 99 e 2000.

A receita de capital totalizou 41,5 milhões de contos, apresentando uma taxa média de crescimento da receita global de 4,8%, no período de 97/2000.

Ao nível da despesa, a despesa global traduziu um crescimento de 2,8%, sendo de salientar a taxa de execução das despesas do Plano de 90.6%.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Penso que é essencial referir a este nível que é o segundo ano dos últimos 10 que, na Região Autónoma dos Açores, a taxa de execução do Plano excede 90%. Em 99 foi 94% e agora cerca de 91%.

Relativamente às despesas com pessoal, já aqui afloradas, quer pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, quer pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, estas são as componentes mais importante das despesas correntes e penso que é preciso e necessário que façamos todos uma reflexão séria sobre esta matéria.

Como todos os colegas aqui presente sabem, as despesas com pessoal tem a sua maior fatia nas Secretarias Regionais dos Assuntos Sociais e da Educação e Cultura. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que destes 32,4%, 72% têm a ver exactamente com essas duas Secretarias e estamos a referir-nos a médicos, enfermeiros, a técnicos de saúde, a professores, a auxiliares de educação. É este tipo de pessoas que representam 72% do peso da despesa com pessoal.

Devo referir, aliás, que este peso no ano de 96 era de 30,4%, sendo agora de 32,4%, ou seja, o último ano de governo do PSD é semelhante ao último ano do primeiro Governo do PS.

Entre este período ocorreu um aumento da despesa com pessoal de 12 milhões de contos, sendo que desses 12 milhões, 10 milhões foram em pessoal afecto à saúde e à educação e, portanto, não tentemos aqui criar uma situação dúbia.

Querer implicitamente dizer que a despesa corrente não está a ser bem aplicada, porque se está a investir na saúde e a investir na educação, é errado.

Quero também dizer que a nível da despesa do Plano, e não estou a falar de taxas de execução, estou a falar do peso relativo das despesas do Plano em



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

96, que era de 27% e no ano 2000 foi de 35%. É substancialmente diferente a orientação que o Governo do Partido Socialista dá à sua despesa com a orientação que o governo do PSD deu à sua despesa no último ano da sua governação.

Falou-se aqui também num aspecto que eu considero relevante e que tem a ver com a execução financeira e a execução material.

Meus caros amigos, ou bem que se utiliza a execução financeira e fazemos uma análise dessa execução ou então não se utiliza só para aquilo que convém, que é para dizer que afinal a despesa do Plano em 2000 reduziu 6%. Estamos a falar exactamente da mesma coisa.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro quando fala do volume da despesa do Plano está obviamente a falar daquilo que foi executado financeiramente.

Portanto, há aqui uma certa contradição quando se diz que não se pode falar unicamente em execução financeira e que se deve falar também na material, quando depois se utiliza os 6% como um dado histórico.

Há bocadinho quando falei na despesa corrente e na despesa com pessoal esqueci-me de falar num aspecto muito importante, que foi as despesas com pessoal aumentarem 11% de 99 para 2000, porque no final do ano de 99 surgiram dois diplomas, um que tem a ver com despesas de representação a todos os dirigentes da Administração Pública e um outro que apresenta um aumento de 70,8%.

Deputado Joaquim Machado (PSD): De quem é a responsabilidade.

A Oradora: Seja da responsabilidade de quem for, o Governo da Região Autónoma dos Açores teve que aplicar essa disposição.

Ainda surge um outro diploma que este, sim, é da nossa Casa, que tem a ver com a remuneração complementar e que também acresce às despesas correntes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, quando se analisa uma coisa tem que se analisar em todas as suas componentes, porque isto de brincar com números é uma coisa muito engraçada, mas estamos a falar de coisas muito sérias.

Para além disto tudo há ainda o aumento da massa salarial geral e a promoção nas carreiras da Administração Regional.

Relativamente a despesas, por agora ficaria por aqui.

No entanto, queria dizer que o Sr. Deputado Duarte Freitas apresentou aqui o aumento de 172% nos encargos com factoring. Talvez seria importante que complementasse a sua informação com o ponto que a gente partiu e o ponto que a gente atingiu, porque também há um aumento de 100% se eu lhe disser que partimos de 1 para 2 e um aumento de 100% se for de 100 para 200 e não estamos a falar da mesma coisa.

Isto de falar em crescimentos e em percentagens é preciso tem muita atenção, porque senão estamos a tentar confundir, ludibriar e a cometer um erro grave e, portanto, se vamos ser sérios, vamos sê-lo em todas as suas amplitudes e plenitudes.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso não está escrito no relatório do Tribunal de Contas.

A Oradora: Sr. Deputado, o relatório do Tribunal de Contas é para mim um elemento muito importante, agora eu também sei qual é o documento que o Tribunal de Contas analisa, é a Conta da Região e são vistos os dois em simultâneo e quando olhamos para os números, sei que os senhores fazem a sua tarefa que é tentar misturar e baralhar um bocadinho as coisas, mas, quanto a mim, é uma tarefa mal feita, porque os açorianos não vão nessas cantigas e tenham muita atenção quando falam nestas coisas.

(Aplausos da bancada do PS)



Eu levo muito a sério uma instituição respeitável como é o Tribunal de Contas e é também o Tribunal de Contas que desde 1990 até 2000 apresenta a taxa de execução dos diferentes planos anuais.

Isto vale o que vale como nós sabemos, porque era muito melhor se pudessemos complementar com a informação da execução material, e nisso concordo plenamente com aquilo que disse o Deputado Alvarino Pinheiro, porque acho que tem toda a razão nesse aspecto.

Aos senhores não convém que falemos nas taxas de execução, porque enquanto V. Exas. tinham, de 90 a 96, taxas de execução da ordem do 80%, o Governo Regional do Partido Socialista, porque já podemos analisar uma legislatura completa, apresenta taxas de execução que se aproximam dos 90%.

Deputado Joaquim Machado (PSD): 99,9%!

A Oradora: Não é 99,9% mas para ser mais precisa são 88%, que é muito próximo dos 90.

Quando o Sr. Deputado fala do factoring, eu penso que também é importante que falemos noutra aspecto. Há questões obviamente melhores e questões piores na apreciação desta Conta, mas a dívida directa da Região Autónoma dos Açores aumentou de forma desastrosa entre os anos de 89 e 96 e de 96 a 99 apresenta, um decréscimo que advém da Lei da Finanças das Regiões Autónomas, não tendo apresentado um crescimento significativo neste ano de 2000, que estamos a apreciar.

Relativamente ainda ao serviço da dívida este ano que estamos a apreciar foi de cerca de 2 milhões de contos, que incluiu amortização e juros.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*



(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Evidentemente que neste debate estou em desvantagem perante a intervenção de colegas deputados que são ilustres economistas e que fizeram, de acordo com algumas opiniões, a sua tarefa procurando ler os números que queriam ler.

Eu não vou ser longo e exaustivo, mas queria apenas deixar duas ou três pequeninas reflexões de um deputado que não é economista, mas que é político, que analisa e se preocupa com estas questões numa perspectiva política e acha que em relação a questões de análise do orçamento e da Conta, na nossa realidade política regional, nacional e municipal está tudo profundamente distorcido, estão distorcidas as práticas, estão distorcidas as praxes, estão distorcidos os princípios e essa distorção tem uma perspectiva sempre imediatista.

Eu fiz parte duma Câmara Municipal, cujo antigo Presidente também está nesta Sala, que em 1997 anunciava o maior orçamento de sempre para o ano seguinte e foi um dos mais pequenos dos últimos anos em execução e, portanto, queria deixar este traço de reflexão.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro levantou, na minha opinião bem, as questões que têm a ver com a execução financeira e com a execução material.

Na minha óptica, do ponto de vista de não ser economista, mas não leigo, porque estou na actividade política, o problema tem que ser analisado da seguinte forma:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se em relação ao Plano que estava previsto, se executou do ponto de vista financeiro menos 7%, evidentemente que se gastou todo o restante, mas do ponto de vista de execução material se não se cumpriu o que estava nos diversos programas, projectos e acções, não se cumpriram uma grande parte das promessas políticas, das decisões e orientações que tinham sido decididas.

O dinheiro é gasto dentro do quadro legal que existe, o dinheiro é gasto por novas decisões, tomadas sobre as iniciais, decisões de concentrar, porque não se fez a estrada tal e foi concentrado para tal, não se fez aquilo, porque o dinheiro não chegou.

Portanto, a não observação da execução material permite concluir muitas vezes o não rigor político da decisão inicial, quando se pretende que a decisão inicial tenha só impacto, quando na altura que se está aqui a discutir aqui o Plano para o ano seguinte que ganharam o efeito do impacto, eles vão fazer, mas ao fim do ano não fizeram e esse dinheiro não ficou dentro, foi gasto, porque a lei permite a movimentação dessas verbas dentro de cada um dos programas. Eu não estou a fazer nenhuma acusação extraordinária. Não é isso.

Portanto, o grau de execução até é bom, mas não corresponde à orientação política proposta. Aqui é que está a distorção e é este problema que tem de ser um dia discutido com todos os interventores políticos, os do poder, os da oposição, os maiores, os mais pequenos, os que são secretários, os que são deputados, porque ao continuar assim, estamos a desacreditar a prática política profundamente e, portanto, penso que não é sustentável por muitos mais anos uma situação destas, a nível regional, nacional e municipal.

Vimos aqui todos os anos, estamos horas a falar, estamos horas a dizer que se vai fazer. Vamos ter daqui a dias projectos que já foram falados durante



anos e anos nesta Casa, que vêm sempre ao de cima em determinada altura, mas depois caem sempre para o lado e depois fala-se de execuções financeiras de 80, 90%, etc.. Essas percentagens foram efectivamente para algumas dessas coisas, mas não foram para todas.

Uma outra observação.

É impressionante para qualquer cidadão saber que num ano económico se distribuem nesta Região 15 milhões de contos de subsídios não reembolsáveis. Isto merecia também uma análise...

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

(Roberto Amaral): É saber o que é que são.

O Orador: ... para se poder concluir. O efeito e a ideia que eu tenho é que isto funciona um pouco como o fogo de artifício, que consola, mas não resolve, ou seja, satisfaz, às vezes tem efeito importante, mas em termos estruturantes, como investimento público, é muito pouco.

Portanto, não estou globalmente a fazer a condenação duma política de subsídios, porque em certos casos eles são precisos, mas muitas vezes quando se empola esta linha está-se a tomar medidas imediatas que obtêm efeitos imediatos, mas não se está a resolver os problemas colectivos em termos estruturais nem se está a criar o desenvolvimento. Esta é também uma pecha do exercício do actual poder político, mas já foi e é também exercida por outros. Esta é uma questão que tem de estar também presente.

Antes de terminar queria anunciar que o Grupo Parlamentar do PCP se vai abster, mas espero que esta minha pequena intervenção tenha servido para alertar no sentido de que tudo isto tem que ser repensado. Se continuarmos por este caminho, em termos do exercício democrático do poder, estamos a fazer um mau trabalho.

Muito obrigado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de uma primeira intervenção em que pretendemos fazer uma abordagem mais específica e, de alguma forma, técnica do parecer do Tribunal de Contas e da Conta, houve aqui algumas questões trazidas, nomeadamente pelos Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e José Decq Mota, que me fazem ter vontade de participar de novo neste debate, extrapolando um pouco, se calhar, a análise mais intrínseca e técnica do parecer e da Conta, mas falando de matérias que neste âmbito que estamos aqui a discutir a Conta da Região e desta fiscalização que se faz da acção governativa, penso que são muito importantes e foi bom terem sido trazidas aqui.

Desde logo, para além da tal execução financeira, digo à vossa bancada que não me vangloriava muito da execução financeira de 2000, porque sabem o que é que vos aconteceu em 2001.

Isto não é, desde logo e à partida, motivo de uma vanglória, porque é, essencialmente, no cruzamento que se faz da execução financeira com a execução material que se deve fazer a análise mais aprofundada e sobre esta questão gostaria de referir o seguinte:

No dia 22 de Maio de 2002 foi publicado o Decreto Legislativo Regional 20/2002/A, mais conhecido pelo SIRPA, (Sistema Regional de Planeamento da Região Autónoma dos Açores) com muita pena nossa, porque nos associámos e colaborámos, inclusivamente com propostas, tentando arranjar consensos relativamente a esta matéria, porque, em princípio, este era para ser um diploma para ficar e para enquadrar o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

sistema de planeamento do Governo Regional, qualquer que ele fosse e, portanto, houve aqui uma colaboração das várias bancadas nesta matéria.

Aproveitando o facto de se estar aqui a discutir esta Conta, quero dizer que, infelizmente, neste momento o que nós aprovámos há pouco mais de um ano não faz quase sentido político e digo porquê:

Em primeiro lugar, porque o que está previsto, nomeadamente no seu artigo 15º, que contém os elementos para que possamos fazer a fiscalização da acção governativa, isso não está a ser cumprido e foi uma das matérias em que tentámos chegar a um consenso.

Como já foi referido pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e também penso que pelo Sr. Deputado José Decq Mota, os relatórios de execução material não estão a ser entregues, nem sequer é uma questão de tempo, e os financeiros também não estão a ser entregues atempadamente e, portanto, alguns dos elementos essenciais que os deputados precisavam para a sua acção estão a ser esquecidos, não estão a ser, se calhar, deliberadamente, facultados aos deputados e isso dificulta extremamente e bloqueia boa parte da nossa acção na fiscalização da acção governativa.

Fazer a análise de uma Conta passados dois ou três anos é muito mais difícil.

Quero lembrar aqui que foi pela mão dum Governo do Partido Socialista na República, do então Ministro Oliveira Martins, que foi prometido, cumprido na altura e está a ser também cumprido agora, a apresentação dos relatórios de execução financeira 15 dias após o término de cada mês. Se isto é possível fazer na República, como é que não é possível cumprirmos na Região as obrigações da entrega dos documentos de execução financeira e até de execução material do Governo Regional? Assim é muito difícil.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Infelizmente acresce a tudo isto que cada vez mais se estão a criar instrumentos de gestão do erário público e de gestão da causa pública que fogem ao controle da Assembleia, tais como a SPRI, as Junta Autónomas, a SAUDAÇOR, as SCUT'S, etc..

Se o Governo nem sequer cumpre com as suas obrigações de apresentar as provas documentais da sua acção governativa, que estão definidas no âmbito do Sistema de Planeamento, concretamente dos orçamentos, da sua fiscalização e dos seus relatórios, qual vai ser o papel destes Srs. Deputados daqui a dois, três ou quatro anos, seja qual for o governo que cá esteja, se não houver aqui uma nova maneira de apresentar e prestar contas?

Nós já o referimos aqui anteriormente, mas é mais uma oportunidade para chamarmos a atenção de todos nós, no sentido de haver alguma preocupação em relação a algumas matérias, para termos alguma estabilidade neste processo de planeamento, no processo de execução material, financeira e política da actividade governativa, dentro dos sistemas de planeamento normais e usuais que têm que ser cumpridos e não estão a sê-lo, porque hoje os senhores estão aí e nós estamos aqui, mas amanhã vai ser ao contrário, amanhã vai haver outros partidos no governo e depois de amanhã será novamente ao contrário.

Também quero dizer que estão a surgir novos instrumentos, uns bem, outros menos bem, uns melhor usados, outros pior, fora deste Sistema de Planeamento Regional.

Tendo em conta que estou numa segunda intervenção e que deverei estar quase a esgotar o meu tempo, queria deixar, em nome da bancada do PSD, um apelo sincero a todas as bancadas. Já o fizemos antes e renovamo-lo:

Em primeiro lugar, apelamos ao Governo Regional e à bancada da maioria para que se consciencializem a cumprir aquilo que está determinado no



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

SIRPA, nomeadamente que nos faculte a nós, deputados, os relatórios financeiros e materiais, porque ao não fazê-lo estão a ser uma força de bloqueio à acção fiscalizadora desta Assembleia.

Deputados Luís Medeiros e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Em segundo lugar, um apelo a todas as bancadas para que, tendo em conta a novas formas de investimento público, sem ser através do Orçamento Regional, que estão a surgir na Região Autónoma dos Açores, e não só de investimento, como vamos ver daqui a pouco, mas também formas de tapar os buracos que a Administração e o Orçamento Regional por si próprios não conseguem fazer.

Havendo estas novas cambiantes, é preciso termos todos consciência, os que estão na oposição e no poder hoje, os que hão-de estar amanhã na oposição e no poder, de que é preciso fazer algo, porque isto não é nosso, não é de hoje, isto é para o futuro e há instrumentos, medidas e formas de melhorar a ética com que se está na política e a fiscalização que o povo nos exige que façamos dos políticos e que têm de ser implementadas rapidamente.

É um apelo que fica a toda esta Casa.

Deputados Luís Medeiros e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

(Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foram muitas as considerações feitas pelas diversas bancadas parlamentares desta Assembleia e devo dizer que já estava à espera delas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Vou tentar, de uma forma breve, responder às principais questões que ainda não ficaram respondidas, porquanto, muitas delas, a bancada do Partido Socialista já deu resposta.

Algumas são cruzadas e outras são efectivamente novas e vou começar pela última intervenção feita pelo Sr. Deputado Duarte Freitas quando faz um apelo ao Governo para cumprir a legislação.

Sr. Deputado, eu não tenho a certeza, mas tenho a consciência de que todos os elementos, no que respeita ao Plano e ao Orçamento, estão a ser fornecidos a esta Assembleia no âmbito da lei, mas eu vou confirmar.

Da parte das finanças tenho a certeza que sim. Em relação aos relatórios trimestrais de execução eu vou confirmar.

Srs. Deputados, na minha Secretaria eu acompanho isto e sei, ao dia, a execução financeira.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Naturalmente.

O Orador: Se há alguma informação, e admito que haja um lapso qualquer, que não esteja a ser fornecida, eu vou tentar colmatar esta deficiência, porquanto é interesse do Governo que a Assembleia saiba o que é que o Governo faz.

Portanto, o seu apelo, se é que existe alguma falha, não está a ser conscientemente iludido.

Relativamente aos subsídios já se falou aqui em montantes, o Sr. Deputado Decq Mota falou em 15 milhões de contos. Srs. Deputados, não é só falar em números, mas é preciso saber o que lá está dentro.

Grande parte desses subsídios são verbas comunitárias que correspondem aos incentivos, aprovados por Bruxelas, e que têm os seus controlos próprios, porque se formos ver aqueles que são dados por portarias, e que o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

próprio Deputado Duarte Freitas aqui lembrou, eles correspondem apenas a centenas de milhares de contos, mas não são os 15 milhões.

Grande parte disto tem o nome de subsídios, mas são incentivos ao investimento e outras coisas do género.

Eu próprio junto do Tribunal de Contas estou a tentar arranjar uma outra designação para separar aquilo que é o subsídio, na verdadeira, antiga e clássica acepção da palavra e o que é o incentivo ao investimento, que grande parte até são feitos com verbas comunitárias, tais como construções de hotéis e para todos os projectos e incentivos que nós temos aqui na Região.

Em relação às despesas correntes, elas subiram em 2000 e isso já foi explicado por mim e também pela Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Mais de 4 milhões de contos resultam de legislação aprovada por esta Assembleia.

Por outro lado, o Governo não comanda os aumentos nem negocia as tabelas dos salários dos funcionários públicos. As tabelas que são aplicadas na Região são aquelas que são aplicadas no Continente.

Agora, o que seria interessante ver era se as taxas de crescimento das despesas com pessoal consignadas no orçamento a nível nacional, são maiores ou menores do que as nossas na Região.

No ano de 2002 teve que se expurgar das despesas da Região mais de 4 milhões de contos que foram para as pensões de reforma e para os complementos aprovados por esta Assembleia. Façam esse exercício, Srs. Deputados. Eu não o fiz nem tenho aqui elementos para o fazer, mas era engraçado que o fizessem, porque as comparações devem ser feitas assim.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Mexer e comparar números é difícil, porque temos que saber o que é que está por detrás da natureza de cada um deles e não se pode misturar alhos com bugalhos.

Quanto às taxas de execução de Plano, eu estou com muita curiosidade, quando vier aqui a Conta do ano de 2001, em saber a opinião de V. Exas. sobre as taxas de execução do Plano de 2001. Fico, sinceramente, ansioso à espera das vossas apreciações.

Quanto ao Sr. Deputado Duarte Freitas, deve haver alguma confusão nos seus conceitos.

O Sr. Deputado aponta como quase uma coisa censurável o facto de haver um desequilíbrio no Orçamento de 2000 de 4,9 milhões de contos.

O conceito de equilíbrio agora é diferente daquele que era antes, porque antes havia um equilíbrio entre despesas correntes e receitas correntes, agora isto não faz qualquer sentido e adoptou-se um outro sentido de equilíbrio entre a receita efectiva e a despesa efectiva. O que é que está por detrás de cada um destes conceitos? O Sr. Deputado com certeza que não sabe, senão não teria dito a enormidade que disse.

Na despesa efectiva entra os juros, na receita efectiva não entra os empréstimos e é esta a razão do desequilíbrio. O desequilíbrio que é apontado aí corresponde ao défice que, nas contas nacionais, são aqueles que o EUROSTAT apura para saber se o País está a cumprir ou não os critérios de Mastrisch e os critérios impostos pelo Pacto de Estabilidade. É esta a diferença.

Sempre que a Região tiver endividamento e recorrer a empréstimos, pois o orçamento estará desequilibrado, e isso chama-se défice.

Será sempre assim, Sr. Deputado, e só quando nós não tivermos empréstimos, só quando nós formos impedidos, como estamos a ser agora,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de recorrer a empréstimos para financiar despesas de investimento, aí estamos com o orçamento equilibrado e quando assim é, o Sr. Deputado Duarte Freitas fica todo satisfeito. Não se investiu, não fomos autorizados a contrair empréstimo, temos o orçamento equilibrado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor não leu isto? Não leu!

O Orador: Eu sei que isso está aí, mas é uma deficiência.

O objectivo é ter um orçamento equilibrado? É sim senhor.

Quando todos os países não tiverem necessidade de recorrer a poupança de outrém para fazer os seus Planos, estamos no paraíso, ou seja, todas as nossas receitas dão para as nossas despesas.

Há desequilíbrio? Há sim senhor. Mas há algum mal nisso?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Há e está nas críticas do Tribunal de Contas!

O Orador: O Tribunal de Contas sabe, o senhor é que não interpretou o que o Tribunal de Contas quis dizer.

O Orçamento de Estado tem um défice que agora a Sra. Ministra das Finanças diz que é de 2, 94%.

Portanto, isto está dentro do critério. É um desequilíbrio e todos nós gostaríamos que o défice fosse zero ou que houvesse mesmo um superavit como há em muitos países, nomeadamente os países escandinavos que têm superavites nos seus orçamentos. Isto não é nenhum defeito, é apontar uma evidência. Temos um défice? Temos sim senhor. Seria melhor não ter? Com certeza que sim.

Quanto aos subsídios quero dizer que o próprio Tribunal de Contas também reconhece que tem havido muita evolução nesta matéria e nós próprios temos feito muito neste sentido, porque as críticas são muito menores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Deputado Duarte Freitas, que leu o parecer do Tribunal de Contas, há-de reparar se nos anos anteriores havia tantas referências positivas à Conta.

Eu há não me lembro dos pareceres de todas as Contas passadas, mas creio que este parecer relativo a 2000 é dos melhores que tem sido feito pelo Tribunal de Contas às Contas da Região.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já disse isso o ano passado, aliás, diz isso todos os anos.

O Orador: Eu digo isto, porque eles vão sempre melhorando. A tendência é esta, Sr. Deputado.

Isto é assim, porque o Governo lê e acolhe com satisfação as críticas que lhe são feitas e procura remediá-las e daí que também tenha havido aqui referências a observações que estão a ser cumpridas.

Sr. Deputado, é mesmo assim e haverá sempre falhas, algumas até resultam depois de melhorias que foram introduzidas e dou como exemplo o caso concreto do património. A relação do património da Região foi feita por este Governo, porque anteriormente nunca existiu uma relação de património que constasse das Contas. Este Governo fez, muito bem. O Tribunal de Contas acolhe, mas diz que ainda falta isto ou falta aquilo nessas relações. Tudo isto é verdade, mas hão-de ir sendo melhoradas aos poucos e não pode ser de um dia para o outro.

Muitas vezes a observância de uma recomendação leva a que no ano seguinte apareçam três ou quatro relativamente àquele aspecto que foi melhorado, mas ainda não está bom, porque detectou-se isto ou aquilo. É preciso melhorar e é assim que temos de andar para a frente.

Srs. Deputados, eu não vos vou tirar mais tempo, mas sinceramente gostaria que o próximo Orçamento de 2004, que nós daqui a dias vamos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

aprovar, e que também é último de uma legislatura, corra tão bem, tão bem como correu o de 2000 e que conduza aos mesmos resultados eleitorais.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não tenho mais inscrições, vamos passar à votação da Proposta de Resolução – Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2000.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução - Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2000, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.